

Atos Oficiais

Portaria:

PORTARIA Nº. 32.231, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2020. DESIGNAR CRISTINA FABIANA GONÇALVES, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 20.269.992-2 e CPF nº 192.773.608-01, Secretária Adjunta, para responder interinamente pela Secretaria de Educação, no período de **03 de novembro a 17 de novembro de 2020**. Processo nº. 374/1992

Legislação:

LEI 6.464, DE 26 DE MARÇO DE 2020

Institui o Dia Municipal do Gráfico no âmbito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, e dá outras providências. (Autoria: Vereador Rogério Paulo Luiz)

ADLER ALFREDO JARDIM TEIXEIRA, Prefeito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º - Fica instituído o "Dia Municipal do Gráfico", a ser comemorado anualmente no dia 07 de fevereiro.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 26 de março de 2020 - 306º Ano da Fundação e 66º da Instalação do Município.

ADLER ALFREDO JARDIM TEIXEIRA Prefeito

LIZ ITA DOTTA Secretária de Assuntos Jurídicos

ROSÂNGELA MARIA VIEIRA DA SILVA Secretária de Governo

Processo Administrativo nº 008/2020- CM - nº 1612/2020-PM Publicado no órgão da Imprensa Oficial.

Termos de Rerratificação:

TERMO DE RERRATIFICAÇÃO DE ORDEM DE INICIO A Secretária de Obras, faz saber a todos os interessados que com referência a Publicação do dia 09 de Outubro de 2020, fica rerratificado conforme segue: onde se lê: Contratação de empresa para reforço de base e nova pavimentação asfáltica de diversas Ruas do município. Leia-se: Contratação de empresa para reforço de base e nova pavimentação em paralelepípedo de diversas Ruas do município, permanecendo inalterada as demais informações. Melissa Zimpeck Duai Secretária de Obras

Câmara Municipal da Estancia Turística de Ribeirão Pires

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES

CONTRATADA: IMPÉRIO SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI EPP

OBJETO: Prestação de serviços de portaria controlador de acesso pelo período de 12 (doze) meses, a ser executado nos prédios da CONTRATANTE.

VIGÊNCIA: 23 de outubro de 2.020 a 22 de outubro 2.021.

VALOR ESTIMADO: R\$ 130.771,92

RESOLUÇÃO N º 934, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2.020. O Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, nos termos do inciso IV, do Artigo 17, da Lei Orgânica do Município, promulga a seguinte Resolução: **Dispõe sobre abono de falta do Vereador Paulo Cesar Ferreira, na sessão ordinária realizada no dia 29 de outubro de 2.020** (Autoria: Mesa Diretora).- **A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES APROVOU:** Art. 1º Fica ABONADA a falta do **Vereador Paulo Cesar Ferreira**, na sessão ordinária realizada no dia 29 de outubro de 2.020. Art. 2º Em decorrência do disposto no artigo anterior, não será efetuado qualquer desconto na remuneração do referido Vereador. Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Resolução correrão por conta das dotações orçamentárias próprias. Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Câmara Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, 05 de novembro de 2020. **Vereador Archeson Pedroza Teixeira – Presidente.** Publicado no órgão oficial e na Portaria da Câmara Municipal, na mesma data. **Marco Aurélio Romaldini - Secretário Geral**

Resolução:

Resolução nº 22 de 05 de novembro de 2020.

Dispõe sobre o processo de classificação de Professores A, Professores B e Professores de Desenvolvimento Infantil da Rede Municipal de Ensino de Ribeirão Pires para o ano letivo de 2021.

Cristina Fabiane Gonçalves, Secretária Interina da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, no uso de suas atribuições legais, considerando o processo de classificação de Professores A, Professores B e Professores de Desenvolvimento Infantil da Rede Municipal de Ensino de Ribeirão Pires para o ano letivo de 2021;

Resolve:

Artigo 1º – Considerando o período de Pandemia do Coronavírus, através da Lei Federal nº 13.979/2020, a qual dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019/2020 e, Decretos Municipais nº 6.982/2020 e Decreto nº. 6.983/2020, o qual suspendeu as atividades presenciais nas escolas da Rede Municipal e instituiu o Ensino Remoto. Neste período, para os professores cuja frequência foi normal, a contagem de pontos também será contada normalmente como dias trabalhados.

Artigo 2º – Fica estabelecido 200 (duzentos) dias letivos/ dias de efetivo trabalho, como parâmetro para todas as Unidades Escolares, no período de 01 de novembro de 2019 à 31 de outubro de 2020, para: Professor A, Professor B, Professor de Desenvolvimento Infantil e Educadores Infante Juvenil da Rede Municipal de Ensino de Ribeirão Pires;

Artigo 3º – Será apontado no "anexo I" da Resolução nº 22/2020 - Ficha de Pontuação Individual:

A pontuação final (tempo+títulos) até o ano de 2019.

Total de dias no período de 01/11/2019 a 31/10/2020: 200 dias letivos

Das deduções:

- Faltas Injustificadas;

- Faltas Médicas a partir de 1 dia;
- as licenças contidas no Art.77 da Lei Municipal 4.217/98:

- II Licença por motivo de doença na família,
- V Licença para tratar de Assuntos Particulares,
- VI Licença para Aperfeiçoamento Profissional,
- VII Licença para Tratamento de Saúde,
Serão deduzidas também conforme descrito abaixo:

• Atestados de Horas, considerando o Estatuto do Servidor Público Lei 4.217/98, conforme seu artigo 42A, item II onde lê-se: Entrar após o início do expediente, retirar-se antes de seu término ou dele ausentar-se temporariamente, até o limite de 3 (três) horas diárias, desde que sujeito à jornada de 40 (quarenta) horas semanais ou de até 2 (duas) horas diárias, desde que sujeito à jornada de 30 (trinta) a 33 (trinta e três) horas semanais.

- Faltas em HAP'S;
- Hora Registro;
- Atrasos;

a) **PDI** – a soma de horas totalizando de 6 horas de ausência = **desconto de 01 dia /01 ponto**;

b) **PA – Parcial** (Jardim I e II) – a soma de horas totalizando de 4 horas de ausência = **desconto de 01 dia/01 ponto**;

c) **PA – Fundamental**: a soma de horas totalizando de 5 horas de ausência= desconto de 01 dia/01 ponto.

d) **PB – Desconto por hora/aula**. Totalizando no mês, a carga horária do dia, o mesmo será descontado como 1 falta dia. Isto é, caso o professor falte, dentro do mês, em diversos dias, uma aula, por exemplo, a somatória destas aulas, ao atingir a carga horária de um dia, também sofrerá o desconto de um dia. Caso no mês não houver faltas que atinjam a carga horária do dia, tais faltas serão somadas e convertidas em dias, para desconto no fim do ano letivo.

Parágrafo 1º: Respeitando a Lei Municipal nº 4.217 de 17 de dezembro de 1998, Estatuto dos Funcionários Públicos do Magistério do Município de Ribeirão Pires, **NÃO** poderão ser deduzidas as faltas como:

I -Art. 97:

- Doação de sangue;
- Nojo;
- Gala;
- Alistamento Eleitoral;
- Comparecimento em Juízo;
- Licença Prêmio.

II - Art. 99:

- Em Comissão ou em Confiança em outra Secretaria;
- Acidente Serviço/Profissional – Declarado pelo médico;
- Licença Gestante;
- Licença Paternidade;
- Participação e Acompanhamento desportiva;
- Processo Disciplinar – Declarado Inocente;
- Prisão – Declarado Inocente;

III- Artigo 231:

- Falta abonada.

IV- Mandato Classista.

Parágrafo 2º: Também **NÃO** poderão ser deduzidas as faltas:

- a) Tribunal Regional Eleitoral;
- b) Afastamento para Pleito Eleitoral.

IV - Títulos

A contagem de Títulos será computada através do formulário “anexo I”, que é parte desta Resolução. Somente serão computados títulos não apresentados anteriormente.

Parágrafo único: ao professor deverá ser entregue uma cópia do anexo I da presente Resolução com a devida ciência da documentação entregue, bem como da sua contagem de pontos. Ressaltando que o professor deverá ater-se ao prazo de recurso, conforme cronograma.

- a) Doutorado (registrado pelo MEC) - 20 pontos
- b) Mestrado (registrado pelo MEC)- 10 pontos
- c) Pós-Graduações lato-sensu (com referência no certificado e/ou Declaração de conclusão, como Lato-Sensu, de acordo com o MEC), – 08 pontos
- d) Licenciatura em Pedagogia não utilizada para o exercício do Cargo e/ou 2ª Graduação não exigida para exercício do cargo, Certificado e/ou Declaração de conclusão (ex. Administração, Psicologia, etc....) - 05 pontos.
- e) Extensões, Curso de Especialização, Curso Aperfeiçoamento, todos autorizados pelo MEC, com carga mínima de 100h, sendo admitido a soma de vários certificados para atingir a carga mínima. - 3 pontos.
- f) Aos professores que ministrarem palestras, oficinas, workshops, na área da Educação ou relacionada, fora do horário de trabalho será computado 02 pontos, por Declaração/Certificado apresentado.

g) Certificado/ Declaração de workshop, seminário, curso, palestra, realizado fora do horário do trabalho na Área da Educação ou Relacionada, do município ou de qualquer localidade, a partir de 20 h, sendo admitida a somatória de vários certificados, será computado 1 ponto a cada 20h, totalizando o máximo de 10 pontos. Validade dos cursos a partir de 2015 observando se não foi computado para contagens anteriores.

Dos professores Adidos

Artigo 4º – Todos os professores que ingressaram no ano letivo de 2020 deverão participar compulsoriamente do processo de remoção.

Parágrafo 1º - Os demais professores ADIDOS, no caso daqueles que no ano de 2020 estiveram em substituição, ampliação de carga ou como volantes, terão atribuição anual efetuada na SEDUC e continuarão adidos durante o ano de 2021, exceto se na referida atribuição lhe for atribuída sala livre na SEDUC.

Parágrafo 2º -Professores Adidos aos quais forem atribuídas salas livres, pela SEDUC na Atribuição de Classe/ Aula do ano de 2020,

passarão a fazer parte do quadro da Unidade Escolar, sendo esta considerada sua sede.

Art. 5º- Para efeito de desempate serão considerados pela ordem os seguintes critérios:

a- Maior tempo no serviço público municipal de Ribeirão Pires;

b- Maior idade.

Art. 6º - Oportunamente será publicada Resolução para regulamentar os prazos e critérios de inscrição nos processos de Remoção e Atribuição para o ano letivo de 2021.

Art.7º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Ribeirão Pires, 05 de novembro de 2020 Cristina Fabiane Gonçalves Secretária Interina.

Resolução nº 23 de 05 de novembro de 2020.

Dispõe sobre o Processo de Remoção do Pessoal Docente do Quadro do Magistério – Educador Infante Juvenil, Professor de Desenvolvimento Infantil, Professor A e Professor B.

Cristina Fabiane Gonçalves, Secretária Interina da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires tendo em vista o disposto no artigo 215, da Lei 4.217/1998, alterada pela Lei 4.524/2001, e Lei 5049/2007 e, considerando a necessidade de definir critérios e normas para a realização do concurso de remoção dos integrantes do Quadro do Magistério para o ano letivo de 2021,

Resolve:

Artigo 1º - Estarão abertas as inscrições para o Concurso de Remoção do Pessoal do Quadro do Magistério das Escolas Municipais da Estância Turística de Ribeirão Pires, no período de **09 e 10 de novembro de 2020** na Unidade Escolar, mantidos os protocolos sanitários e distanciamento social.

Artigo 2º – Todos os professores que continuaram adidos no ano de 2019, assim como aqueles que assumiram salas livres ou de substituição no decorrer do ano letivo de 2020, deverão compulsoriamente participar do Concurso de Remoção.

Artigo 3º – Os Professores descritos no artigo 2º e os demais interessados deverão preencher o requerimento de inscrição para remoção, conforme Anexo IV a esta Resolução e entregar a relação de títulos dele constante, conforme Anexo I da presente (Resolução), diretamente ao Dirigente/Diretor de Escola de sua própria unidade, que será o responsável pela recepção da inscrição, somatória da pontuação por tempo de serviço e títulos e seu encaminhamento ao Departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Educação.

Artigo 4º – Os responsáveis pelas Unidades Escolares deverão preencher e assinar o anexo IV desta, entregar no **Departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Educação, até o dia 12 de novembro de 2020, até as 12 horas**, as inscrições efetuadas, conforme o Anexo IV desta Resolução, pelos Educadores Infante Juvenil, Professores de Desenvolvimento Infantil, Professores A e Professores B, titulares de cargo, incluindo a Relação de Cursos e Capacitações, também em anexo.

Parágrafo único – Ao ser entregue as inscrições e os títulos, no Departamento de Recursos Humanos da Educação, o Dirigente/Diretor de Escola será responsável pelos mesmos (documentos e cópias de títulos apresentados), bem como sua conferência prévia.

Artigo 5º - Caberá à Secretária de Educação nomear uma comissão especialmente destinada para operacionalizar o Concurso de Remoção do Pessoal do Quadro do Magistério, das Escolas Municipais da Estância Turística de Ribeirão Pires para o ano letivo de 2021, conforme anexo III;

Artigo 6º - Compete à Comissão Especialmente designada para o Concurso de Remoção o julgamento do mérito das inscrições realizadas;

Parágrafo único – No caso de indeferimentos caberá recurso à Secretaria de Educação no prazo de 01 dia útil da data de divulgação.

Artigo 7º - Ficarão impedidos de participar do Concurso de Remoção, os profissionais removidos por permuta nos últimos dois anos, conforme prevê o art. 218, parágrafo único da Lei 4217/1998.

Artigo 8º - Os candidatos inscritos serão classificados de acordo com os critérios, estabelecidos no anexo I a esta Resolução, tendo como data base o dia 31 de outubro de 2020.

Artigo 9º - A classificação obedecerá aos seguintes critérios:

A) I - Professor A concursado especificamente para ministrar aulas no Ensino Fundamental de 1º ano ao 5º ano.

II - Professor A - Educação Infantil e Professor A - Educação Infantil e Ensino Fundamental;

III - Professor B - para ministrar aulas no Ensino Fundamental de 1º ao 9º ano e na Educação Infantil.

B) I - Professor de Desenvolvimento Infantil e Educador Infante Juvenil. (escala única)

Artigo 10º - Os responsáveis pelas Unidades Escolares deverão encaminhar à Secretaria de Educação até **o dia 04 de novembro de 2020 até as 15h**, o número de vagas livres existentes de Educação Infantil e Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano e 6º ao 9º ano.

Parágrafo único: A divulgação das vagas existentes das Unidades Escolares será encaminhada através de canais digitais para Escolas Municipais e a lista também será fixada na sede da Secretaria de Educação, no **no dia 06 de Novembro de 2020 após as 12h**.

Artigo 11 - A classificação dos candidatos será afixada, na sede da Secretaria de Educação, dando-se plena divulgação para as Escolas Municipais, no dia 16 de novembro de 2020 após as 9h, da qual caberá recurso no prazo de 1 (um) dia 17 de novembro de 2020 das 9h às 16h.

Artigo 12 - Para efeito de desempate serão considerados os seguintes critérios:

a - Maior tempo no Serviço Público Municipal de Ribeirão Pires;

b - Maior idade.

Parágrafo Único - As classes/aulas liberadas durante o ano letivo de 2020 até 3 de novembro de 2020, tendo em vista a exoneração, aposentadoria ou falecimento do Professor Efetivo, deverão ser encaminhadas para concorrer ao Processo de Remoção.

Artigo 13 - A sessão de escolha de vagas para o Educador Infante Juvenil, Professor de Desenvolvimento Infantil, Professor A e Professor B, dar-se-á na Secretaria de Educação, conforme o estabelecido no cronograma deste Concurso, conforme Anexo II.

Artigo 14 - Na sessão de escolha de vagas, o Professor A de Educação Infantil poderá ser removido para vaga no Ensino Fundamental, somente após esgotadas todas as escolhas dos Professores A de Ensino Fundamental.

Parágrafo 1º - A escolha mencionada no caput deste artigo refere-se apenas para o Processo de Atribuição de Classe / Aula de 2021.

Parágrafo 2º - Poderá haver uma segunda sessão de escolha na mesma data caso haja vagas remanescentes da sessão inicial e ainda candidatos inscritos interessados na remoção.

Parágrafo 3º – Uma vez liberada a vaga durante o processo de remoção, a mesma será disponibilizada automaticamente para escolha de eventuais candidatos remanescentes.

Parágrafo 4º - Ao professor que declinar da vaga, o mesmo deverá assinar um termo declinando e declarando sua ciência que terá sua escolha após o término da classificação geral, caso haja vaga mantendo sua classificação

Artigo 15 - Na sessão de escolha de vagas para a Educação Infantil Integral, será atribuída ao Professor de Desenvolvimento Infantil e Educadores Infância Juvenil, conforme classificação.

Artigo 16 - As escolhas realizadas no presente concurso terão seus efeitos para a nova sede de trabalho, a partir do início do ano letivo de 2021.

Parágrafo 1º- O professor removidos serão classificados na Unidade Escolar para a qual se removeu.

Artigo 17 - Os responsáveis pelas Unidades Escolares deverão dar ciência através de canais digitais da Escola da presente Resolução a todos os Educadores Infância Juvenil, Professores de Desenvolvimento Infantil, Professores A e Professores B com exercício na Unidade Escolar, independentemente de suas manifestações em participar ou não do referido concurso.

Parágrafo único: Em caso o professor não manifeste interesse dentro do prazo legal da presente Resolução, entende-se que não há interesse em participar do Processo de Remoção.

Artigo 18 – Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação revogando-se as disposições em contrário. Ribeirão Pires, 05 de novembro de 2020. Cristina Fabiane Gonçalves Secretária Interina.

Resolução nº 24 de 05 novembro de 2020.

“Dispõe sobre o processo de atribuição de classes e aulas do pessoal docente do Quadro do Magistério das Escolas Municipais do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires para o ano letivo de 2021”.

Cristina Fabiane Gonçalves, Secretária Interina da Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a necessidade de estabelecer normas e procedimentos que assegurem a legalidade e a transparência do processo de atribuição de classes e aulas.

Resolve:

Das disposições gerais

Artigo 1º - Cumpre a Secretaria de Educação, observadas as normas legais, coordenar, orientar e acompanhar a inscrição, classificação e atribuição de classes ou aulas, bem como designar Comissão especialmente constituída para esse acompanhamento e supervisão de todo o processo que estará sob sua responsabilidade, em todas as etapas.

Artigo 2º - Compete aos responsáveis pelas Unidades Escolares, Diretores de Escola ou Dirigentes de Ensino, conforme o caso, observadas as normas legais e respeitada a classificação dos Docentes em ordem decrescente, atribuir as classes ou aulas, de acordo com a previsão de funcionamento, devidamente homologado pela Secretaria de Educação para o ano letivo de 2021.

Parágrafo único: Em decorrência da Pandemia, observamos que os responsáveis pelas Unidades Escolares, Diretores de Escola ou Dirigentes de Ensino, faça ampla divulgação das Resoluções através dos canais digitais e da Imprensa Oficiais de Comunicação da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, não podendo o professor alegar desconhecimento.

Da inscrição

Artigo 3º - Os responsáveis pelas Escolas Municipais deverão convocar todos os docentes efetivos da respectiva Unidade Escolar, Professor A, Professor B, Professor de Desenvolvimento Infantil e Educador Infância Juvenil, conforme o cronograma estabelecido nesta Resolução, a fim de proceder suas inscrições, a serem realizadas, no período de 30 de Novembro de 2020 a 01 de dezembro de 2020, nas próprias Unidades Escolares, respeitando o protocolo de distanciamento social, referentes ao processo de atribuição de classes e de aulas para o ano letivo de 2021.

§ 1º – Neste momento, os Professores A e B poderão efetuar suas opções por ampliação de jornada, para o Ensino Fundamental e também a manifestação do interesse em dobrar a sua jornada de trabalho ou participação de possíveis projetos no formulário de inscrição.

Artigo 4º - A convocação para a inscrição, de que trata o artigo 3º desta Resolução, abrange os seguintes docentes:

Professores Efetivos em exercício na escola;

Professores Efetivos afastados, em licenças ou ocupando outros cargos;

Educadores Infância Juvenil em exercícios na escola;

Parágrafo único: aos professores efetivos que não atenderem a convocação para a Inscrição no período determinado por esta Resolução, será automaticamente feita a atribuição compulsória.

§ 1º - Os professores titulares que estejam afastados deverão ser **convocados por meios digitais, pelos Dirigentes/Diretores** para efetuar sua inscrição ou se fazer legalmente representados para este fim e também para a atribuição de classe ou aulas no processo inicial, se for o caso. Caso os mesmos não compareçam na data estipulada, por qualquer motivo, a atribuição será efetuada de modo compulsório.

§ 2º - O professor efetivo em processo de readaptação deverá ser **convocados por meios digitais, pelos Dirigentes/Diretores** através da unidade de classificação do seu cargo (sede) para fins de inscrição e classificação, participando normalmente do processo de atribuição, sendo que as classes ou aulas atribuídas já poderão ser colocadas à disposição para atribuição a outros docentes, em substituição, como dobra ou carga suplementar, **uma vez comprovada sua restrição/processo de readaptação, atualizada junto ao R.H. Central**. Caso os mesmos não compareçam na data estipulada, por qualquer motivo, a atribuição será efetuada de modo compulsório.

§ 3º - O professor efetivo, readaptado definitivamente não participará de nenhuma fase do processo de atribuição de aulas ou classes.

§ 4º - No ato da inscrição o professor deverá manifestar o desejo de ampliação de sua jornada, **em formulário específico**, a qual somente será concretizado no primeiro dia letivo de 2021.

Da classificação

Artigo 5º - Os Professores A, efetivos, serão classificados em duas escalas, conforme o dispositivo no § 3º do artigo 207 da Lei 4524/01:

I - Escala A - Professores A, concursados e nomeados especificamente para ministrar aulas no Ensino Fundamental;

II - Escala B - Classificação única para professores concursados e nomeados para Educação Infantil, professores concursados e nomeados do concurso de 2000 e seguintes.

Parágrafo único - Os Professores A, além da classificação específica da modalidade de ensino para a qual foram nomeados, serão classificados de acordo com sua situação funcional, Professores Estatutários.

Artigo 6º - Os Professores B serão classificados em uma escala única na qual será assinalada a habilitação específica.

Artigo 7º – Os Professores de Desenvolvimento Infantil e os Educadores Infância Juvenis serão classificados em escala única;

Artigo 8º - Os Professores removidos serão classificados na Unidade Escolar para a qual se removeram, entre os seus pares.

§1º- para atendimentos deste artigo os responsáveis pelas Unidades Escolares de origem deverão encaminhar os dados relativos à pontuação individual dos profissionais removidos à Unidade Escolar de destino.

Da atribuição

Artigo 09º - As atribuições de classes / aulas obedecerão às seguintes fases:

I - Fase 1 - Na Unidade Escolar - 8 horas do dia 07 de dezembro de 2020:

a) Atribuição de classes de Ensino Fundamental para os Professores A que prestaram concurso especificamente para o Ensino Fundamental classificados na Escala A, podendo o professor escolher aulas complementares livres na mesma Unidade Escolar, totalizando 40h.

b) Atribuições das classes livres remanescentes da atribuição especificada no item "a" e as classes de Educação Infantil, para Professores A, concursados e nomeados para Educação Infantil e Professores concursados e nomeados a partir de 2000 e anos seguintes, classificados na Escala B.

Parágrafo único: Aos professores que tiverem atribuído a sala de Ensino Fundamental, será assegurado o direito de completar sua carga até 40h na Unidade Escolar.

c) Aos Professores A que tiverem classes atribuídas no Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano, com carga de concurso de 40 horas semanais, poderão ter atribuídas aulas no total de 32 horas, desde que documentado sua opção.

d) Os Diretores de Escola ou Dirigentes de Ensino, deverão atribuir junto com as classes/aulas, no mesmo momento, as horas referentes a HAP - Horas de Atividades Pedagógicas, com os respectivos horários, registrados em ata, já definidos pela Unidade Escolar.

e) Os Diretores de Escola ou Dirigentes de Ensino só poderão readequar os horários referentes a HAP - Horas de Atividades Pedagógicas após a atribuição de aulas preservando os direitos dos professores que acumulam cargo.

Na Unidade Escolar - 08 horas do dia 08 de dezembro de 2020:

a) Atribuição de Aulas para Professores B, obedecendo, como critério, a existência de blocos de aulas, por disciplina, os quais deverão ser integralmente atribuídos aos Professores B, de Educação Infantil e Ensino Fundamental 1º ao 9º ano, na seguinte conformidade:

1 - Professores B, no componente específico do cargo - mínimo 20 horas/aula de docência;

2 - Professores B, com opção de ampliação de jornada, no cargo;

Parágrafo único: Na atribuição de aulas para Professor B deverão ser observadas as etapas abaixo:

1ª Etapa - atribuição de sua jornada de 20 horas / aula;

2ª Etapa - ampliação de jornada na própria U.E.;

3ª Etapa - ampliação de jornada em outra U.E., desde que esgotadas as aulas na sua sede, (esta etapa ocorrerá na Secretaria de Educação);

Na Unidade Escolar - 08 horas do dia 09 de dezembro de 2020:

a) Atribuição de classes para os Professores de Desenvolvimento Infantil efetivos e Educadores Infante Juvenil, conforme classificação.

b) Os Diretores de Escola ou Dirigentes de Ensino deverão realizar as atribuições de classes conforme disposto na sessão II, composição das turmas do Decreto Municipal nº 6.758.

c) Os professores excedentes serão considerados adidos e deverão ser relacionados através do anexo III, onde serão classificados e terão sua atribuição na Secretaria de Educação.

II - Fase 2 - Na EM Eng.º Carlos Rohm - Unidade I - às 8h do dia 15 de dezembro de 2020:

a) Atribuição de Classes livres de Ensino Fundamental e de Educação Infantil aos Professores A excedentes nas Unidades Escolares sede (Adidos);

b) Atribuição de Classes de Ensino Fundamental em substituição aos Professores A com classe atribuída na Educação Infantil, com opção para o Ensino Fundamental;

§1º Ao professor será assegurado o direito de declinar da escolha e permanecer na atribuição, aguardando a possível liberação de vagas em substituição.

§2º uma vez liberada a classe durante o processo do item 'B', a mesma será disponibilizada imediatamente para escolha de eventuais candidatos remanescentes.

§3º Ao professor que declinar da vaga, o mesmo deverá assinar um termo declinando e declarando sua ciência que terá sua escolha após o término da classificação geral, caso haja vaga mantendo sua classificação.

c) Atribuição de Classes de Educação Infantil em substituição, aos Professores A com opção de ampliação de jornada;

III - Fase 3 - Na EM Eng.º Carlos Rohm - Unidade I - 8h do dia 16 de dezembro de 2020

a) Atribuição de aulas para Educação Infantil e Ensino Fundamental - 1º ao 5º ano e 6º ao 9º ano - Professores B para complementação de jornada e com opção de extensão de jornada, sempre obedecendo aos critérios de atribuição integral do bloco de aulas existentes por disciplina.

IV - Fase 4 - Na EM Eng.º Carlos Rohm - Unidade I - 14h do dia 16 de dezembro de 2020:

a) Atribuição de aulas para Professor A com complementação de carga horária das matérias específicas, para a Educação Infantil e Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano.

V - Fase 5 - Na EM Eng.º Carlos Rohm - Unidade I - Secretaria de Educação - 8h do dia 17 a 18 de dezembro de 2020:

a) Atribuição de classes para os Professores de Desenvolvimento Infantil e Educadores Infante Juvenil adidos na Unidade Escolar.

b) Aos professores adidos que não comparecerem ou não forem representados legalmente no ato da escolha de vagas será realizada atribuição compulsória de acordo com a necessidade da Secretaria de Educação.

c) Os professores que, após esta fase continuarem adidos, ficarão à disposição da Secretaria de Educação e de acordo com sua classificação, terão atribuídos um **Local de exercício** para o ano letivo de 2021, podendo ser remanejados de acordo com necessidade da Administração, prevalecendo somente o direito de escolha de período.

Cronograma de entrega de documentos

§ 1º - Os Diretores de Escola ou Dirigentes de Ensino, deverão encaminhar até 10 de dezembro de 2020 às 10h, através do anexo III, os professores adidos, os interessados em concorrer para atribuição de ampliação de jornada, os interessados para ampliação de jornada para eventuais projetos e os interessados em concorrer para classes de Ensino Fundamental, a ser atribuído na Secretaria de Educação.

§ 2º - Os Diretores de Escola ou Dirigentes de Ensino, deverão encaminhar para Secretaria de Educação até o dia 10 de dezembro de 2020 às 10h os anexos IV e VI, as classes livres ou em substituição não atendidas.

§ 3º - Os Diretores de Escola ou Dirigentes de Ensino, deverão encaminhar para a Secretaria de Educação até o dia 10 de dezembro de 2020 às 10h o anexo V, a relação dos Professores B interessados para atribuição de extensão de carga e ampliação de jornada.

§ 4º - Os Diretores de Escola ou Dirigentes de Ensino, deverão encaminhar para a Secretaria de Educação até o dia 10 de dezembro de 2020 às 10h o anexo VII, a relação dos Professores A interessados para atribuição de extensão de jornada para disciplinas específicas;

§ 5º - Os Diretores de Escola ou Dirigentes de Ensino, deverão encaminhar para a Secretaria de Educação até o dia 10 de dezembro de 2020 às 10h o quadro da escola com as classes atribuídas, anexo IV, as vagas livres ou em substituição, dos Professores de Desenvolvimento Infantil.

§ 6º - Todos os professores devem apresentar declaração de próprio punho, declarando acúmulo ou não, em outro serviço público. Este documento ficará arquivado no prontuário do professor, na sua unidade escolar de atuação.

Artigo 10º - Os docentes licenciados nos termos do inciso V do artigo 77 da Lei 4217/98 terão classes / aulas correspondentes ao seu cargo atribuídas na escola, na fase I.

Artigo 11º - Os docentes ocupantes de cargos em Comissão e os designados para prestar serviços na Secretaria de Educação serão classificados e participarão do processo de atribuição na Unidade de lotação.

Artigo 12º - No caso de impedimento de comparecer à atribuição de aulas, o Professor poderá fazer-se representar por procurador devidamente designado para tal, munido de procuração, com firma reconhecida, que será anexada à ata de atribuição, e do documento original indicado na procuração.

Artigo 13º - Toda a organização do processo de inscrição, classificação e atribuição de aulas / classes obedecerá ao cronograma conforme segue no quadro:

Inscrição na Unidade Escolar	30/11 /2020 a 01/12/2020
Divulgação da classificação na Unidade Escolar	02/12/2020 às 9h
Recurso da Classificação na Unidade Escolar	03/12/2020 das 08h às 16h
Classificação Final na Unidade Escolar	04/12/2020 às 10h
Atribuição na Unidade Escolar – Prof. A Infantil e Fundamental – 1º ao 5º ano	07/12/2020
Atribuição na Unidade Escolar – Prof. B - Infantil, 1º ao 5º ano e 6º ao 9º ano	08/12/2020
Atribuição na Unidade Escolar – Prof. Desenvolvimento Infantil e Educador Infante Juvenil	09/12/2020
Entrega na SEDUC dos anexos III, IV, V e VI e VII – Prof. A e B e PDI	10/12/2020
Entrega na SEDUC do Quadro da Escola - anexos VIII e IX	10/12/2020
Divulgação das vagas e Classificação dos Professores	14/12/2020
Atribuição na SEDUC – Fase 2 - Prof. A Infantil e Fundamental	15/12/2020
Atribuição na SEDUC – Fase 3 - Prof. B Infantil, 1º ao 5º ano e 6º ao 9º ano	16/12/2020
Atribuição na SEDUC – Fase 4 - Prof. A com extensão de jornada matéria específica	16/12/2020 às 14h
Atribuição na SEDUC – Fase 5 - Prof. de Desenvolvimento Infantil adidos	17/12/2020

Artigo 14º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Ribeirão Pires, 05 de novembro de 2020. Cristina Fabiane Gonçalves Secretária Interina